

# RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 17/10/2025.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

Programa de Pós- graduação  
Mestrado Profissional em Educação Inclusiva  
Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Campus de Presidente Prudente - SP



IVANA DOS SANTOS RIBEIRO

**O ENSINO DA GEOGRAFIA POR MEIO DA LIBRAS PARA  
ALUNOS SURDOS DA CIDADE DE MATA DE SÃO JOÃO -  
BAHIA**

PRESIDENTE PRUDENTE  
2024

IVANA DOS SANTOS RIBEIRO

**O ENSINO DA GEOGRAFIA POR MEIO DA LIBRAS PARA  
ALUNOS SURDOS DA CIDADE DE MATA DE SÃO JOÃO –  
BAHIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva - Profei da Faculdade de Ciências Tecnologia da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Presidente Prudente, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Inclusiva.

**Orientadora:** Dr.<sup>a</sup> Soellyn Elene Bataliotti

PRESIDENTE PRUDENTE  
2024

R484e

Ribeiro, Ivana dos Santos

O ensino da geografia por meio da libras para alunos surdos da cidade de Mata de São João - Bahia / Ivana dos Santos Ribeiro. -- Presidente Prudente, 2024

140 p. : il., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

Orientadora: Soellyn Elene Bataliotti

1. Educação de surdos. 2. Ensino de geografia. 3. Formação de professor. I. Título.

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE IVANA DOS SANTOS RIBEIRO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE.**

Aos 17 dias do mês de outubro do ano de 2024, às 19:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de IVANA DOS SANTOS RIBEIRO, intitulada **O ensino da geografia por meio da libras para alunos surdos da cidade de Mata de São João - Bahia**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. SOELLYN ELENE BATALIOTTI (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI / Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI/UNESP, Prof(a). Dr(a). KATIA DE ABREU FONSECA (Participação Virtual) do(a) Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI / Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI/UNESP, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. TATIANE MONTEIRO DA CRUZ (Participação Virtual) do(a) Educação / Instituto Federal de São Paulo (IFSP – Campus São Roque). Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final:   Aprovada  . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora. Profa. Dra. SOELLYN ELENE BATALIOTTI

**SOELLYN ELENE  
BATALIOTTI:3249  
8440801**

Assinado de forma digital por  
SOELLYN ELENE  
BATALIOTTI:32498440801  
Dados: 2024.11.19 14:12:58  
-03'00'

Dedico esta pesquisa a todos os educadores, que diante dos seus atravessamentos, me inspiram a não desanimar do ser-fazer-docente em Geografia. Em especial à professora Dr.<sup>a</sup> Soellyn Elene Bataliotti, minha orientadora, pelo apoio e incentivo que me deu durante toda a pesquisa. Muito obrigada.

## AGRADECIMENTOS

Gratidão, é a força silenciosa que, quando despertada, transforma a nossa percepção da vida, é o sentimento que move as minhas andanças.

Agradeço a Deus, pelo amor e cuidado constantes, que me fortalecem nos momentos difíceis e me guiam nas alegrias.

Agradeço a minha mãe, Mara, por me apoiar em minhas escolhas e estar sempre comigo.

À minha irmã Itana, por ser minha parceira de vida, me incentivando, cuidando, vibrando e sempre presente para o que der e vier. Gratidão.

À Capes/PROEB - Programa de Educação Básica por oferecer o Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Educação Inclusiva- PROFEI

À minha orientadora, Professora Dr.<sup>a</sup> Soellyn Elene Bataliotti, por quem tenho profunda admiração e carinho.

Às professoras, Cícera Aparecida Malheiro, Gabriela Alias Rios, Kátia Abreu Fonseca e Tatiane Monteiro, que possibilitaram, a partir da Banca de Qualificação, a ampliação dos referenciais teóricos e reflexões sobre as discussões na pesquisa.

Aos amigos do Gepis que me oportunizaram durante as reuniões do grupo de pesquisa discussões maravilhosas sobre a educação e inclusão social, ampliando o meu olhar para a importância do ser-fazer docente.

Aos envolvidos na pesquisa, as professoras de geografia que aceitaram participar das entrevistas, a coordenadora do CAAE de Mata de São João, Jamile pela atenção, cuidado e por estar sempre pronta a me fornecer informações sobre a educação municipal.

A Prefeitura e Secretaria de Educação do Município de Mata de São João- BA, por autorizar a realização da pesquisa, dando o suporte necessário.

Às amigas Gabriela Oliveira e Thais Góis pela amizade, carinho, atenção e parceria que sempre pude contar durante essa jornada no mestrado.

*“A escola para todos é um ambiente educacional em que se estabelecem relações de criação entre as pessoas que nele habitam. É um espaço onde a deficiência perde o sentido definitivo atribuído a limitações de natureza cognitiva, sensorial, física, social, cultural, pois nele o que conta para o desenvolvimento do aluno e a construção do conhecimento é a convivência entre univocidades, singularidades, a liberdade de se fazer na diferença” (Mantoan, 2017, p. 45).*

## RESUMO

O ensino para surdos envolve muitas discussões e desafios para os professores que trabalham na área de geografia, uma vez que no atual contexto brasileiro, a educação inclusiva para surdos tem sido marcada por lutas, dificuldades e conquistas históricas, diante do descaso do poder público em relação às pessoas com deficiência. A garantia da Libras como meio legal de comunicação e expressão do surdo por meio da Lei Federal nº 10.436, criada em 2002 representou avanços na política de inclusão escolar dos surdos bem como o reconhecimento da importância da inclusão escolar pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei. 9.394/96 - LDB) instituir a educação como um direito de todos, independentemente de suas necessidades. Diante disso, torna-se fundamental refletir sobre a atuação do profissional da educação para a efetivação da inclusão escolar nas escolas brasileiras (Brasil, 1996). Assim, esta pesquisa buscou analisar como ocorre a inclusão dos alunos surdos matriculados nos anos finais do ensino fundamental a partir da prática pedagógica dos professores de Geografia da rede regular de ensino de uma cidade da Bahia, propor um plano de atualização formativa que atendessem à educação inclusiva desses alunos. A metodologia utilizada foi pautada na abordagem qualitativa, cujos dados foram produzidos a partir da pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e observações em campo. No campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professoras que lecionam a disciplina geografia a alunos surdos, no qual possibilitou a reunião de documentos e dados importantes para a pesquisa e as observações, registradas em um diário de campo. A análise dos dados produzidos é resultado das informações coletadas junto aos participantes da pesquisa, análise de documentos oficiais, nas observações em campo e na literatura revisada sobre o tema estudado. Os resultados apontaram que as professoras que lecionam a disciplina geografia, são envolvidas e responsáveis em relação ao seu fazer docente no dia-a-dia da sala de aula, utilizam-se de algumas práticas pedagógicas que promovem o engajamento e participação dos alunos surdos, no entanto, consideradas insuficientes para atender um processo educativo inclusivo, uma vez que a vivência na sala de aula é permeada de vários entraves à promoção de uma prática pedagógica que atenda às necessidades específicas dos alunos surdos como: a falta de comunicação em Libras, o tempo insuficiente para planejamento de estratégias didáticas significativas, o despreparo profissional para atender a educação de surdo, assim como a existência de processos formativos em serviços que não se relacionam com a realidade e o fazer pedagógico em sala de aula com alunos surdos. Os resultados da pesquisa permitiram a elaboração de uma atualização formativa para professores de geografia dos anos finais do Ensino Fundamental, que atuem com alunos surdos e ouvintes em sala de aula.

**Palavras-chave:** Educação de Surdos; Ensino de Geografia; Formação de professor.

## ABSTRACT

Teaching for the deaf involves many discussions and challenges for teachers working in the area of geography, since in the current Brazilian context, inclusive education for the deaf has been marked by struggles, difficulties and historical achievements, in the face of the neglect of the public authorities in relation to people with disabilities. The guarantee of Libras as a legal means of communication and expression of the deaf through Federal Law No. 10,436, created in 2002, represented advances in the school inclusion policy in the country, as well as the recognition of the importance of school inclusion by the Law of Guidelines and Bases of Education (Law 9,394/96 - LDB) by instituting education as a right for all, regardless of your needs. In view of this, it is essential to reflect on the performance of the education professional for the effectiveness of school inclusion in Brazilian schools (Brasil, 1996). Thus, this research sought to analyze how the inclusion of deaf students enrolled in the late years occurs. The methodology used was based on the qualitative approach, whose data were produced from documentary research, semi-structured interviews and field observations. In the field, semi-structured interviews were conducted with teachers who teach geography to deaf students, which made it possible to gather documents and important data for research and observations, recorded in a field diary. The analysis of the data produced is the result of information collected from the research participants, analysis of official documents, field observations and the literature reviewed on the subject studied. The results showed that the teachers who teach the geography discipline are involved and responsible in relation to their teaching in the day-to-day of the classroom, they use some pedagogical practices that promote the engagement and participation of deaf students, however, considered insufficient to meet an inclusive educational process, since the experience in the classroom is permeated by several obstacles to the promotion of a pedagogical practice that meets the needs of the deaf students. deaf students, such as: the lack of communication in Libras, the insufficient time to plan significant didactic strategies, the lack of professional preparation to attend the education of the deaf, as well as the existence of formative processes in services that are not related to reality and the pedagogical practice in the classroom with deaf students. The results of the research allowed the elaboration of a formative update for geography teachers in the final years of Fundamental Education.

**Key words:** Deaf Education; Geography Teaching; Teacher Training

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Evolução do Ideb de Mata de São João.....	91
Figura 2 - Apresentação de Slide em uma Aula do 6ºano.....	102

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organização dos grupos de trabalhos resolução nº04.....	49
Quadro 2 - Identificação dos professores de geografia entrevistados.....	92
Quadro 3 - Recurso Educacional .....	100
Quadro 4 - Registro de observação da aula número 04.....	101

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AEE</b>	Atendimento Educacional Especializado
<b>AIPD</b>	Ano Internacional das Pessoas Deficientes
<b>APAE</b>	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
<b>BNCC</b>	Base Nacional Comum Curricular
<b>CAPE</b>	Centro de Apoio Especializado
<b>CEEBA</b>	Centro de Educação Especial da Bahia
<b>CENESP</b>	Centro Nacional de Educação Especial
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>FENEIS</b>	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
<b>FUNDEF</b>	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento e da Valorização do Magistério
<b>GT</b>	Grupo de Trabalho
<b>HTPC</b>	Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
<b>IDHM</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<b>INES</b>	Instituto Nacional de Educação de Surdos
<b>L1</b>	Primeira Língua
<b>L2</b>	Segunda Língua
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
<b>LIBRAS</b>	Língua Brasileira de Sinais
<b>NAAH/S</b>	Núcleo de Atividades de Altas Habilidades
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>MPF</b>	Ministério Público Federal
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas

<b>PCN</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais
<b>PDE</b>	Plano de Desenvolvimento da Educação
<b>PPP</b>	Projeto Político Pedagógico
<b>PNEE</b>	Plano Nacional de Educação Especial
<b>PNEEPEI</b>	Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva
<b>PME</b>	Plano Municipal de Educação
<b>RCMSJ</b>	Referencial Curricular de Mata de São João
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação para a Ciência e a cultura

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
1.1 OBJETIVOS.....	23
1.1.1.Objetivo Geral .....	23
1.1.2.Objetivos Específicos .....	23
2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM ENFOQUE NA HISTÓRIA DO ALUNO SURDO ..	24
2.1 EDUCAÇÃO DE SURDOS: BREVE HISTÓRICO .....	24
2.2 EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL.....	30
2.3 A INCLUSÃO DO ESTUDANTE SURDO .....	39
2.4 A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA BAHIA .....	47
3 ENSINO DE GEOGRAFIA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA PARA ESTUDANTES SURDOS: CAMINHOS IDENTITÁRIOS E PEDAGÓGICOS .....	58
3.1 SURDEZ: DIFERENÇA A SER POLITICAMENTE RECONHECIDA, DE EXPERIÊNCIAS VISUAIS E DE IDENTIDADE MULTIFACETADA.....	58
3.2 A GEOGRAFIA E O USO DA LIBRAS NO ENSINO ESCOLAR PARA ALUNOS SURDOS .....	62
3.3 DOCUMENTOS MUNICIPAIS QUE ORIENTAM A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE MATA DE SÃO JOÃO – BAHIA .....	65
4 DESAFIOS DA DOCÊNCIA INCLUSIVA .....	69
4.1 FORMAÇÃO DOCENTE E INCLUSÃO ESCOLAR: O QUE DIZEM AS LEIS?.....	69
4.2 FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSOR DE GEOGRAFIA EM UMA CIDADE NA BAHIA: UMA REALIDADE NÃO CONTADA .....	83
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	90
5.1 UNIVERSO DA PESQUISA .....	91
5.2 PARTICIPANTES .....	92
5.3 INSTRUMENTOS .....	93
5.4 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA E SELEÇÃO DE DADOS.....	93
5.5 PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DE DADOS.....	95
5.6 ASPECTOS ÉTICOS .....	96
6 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E RESULTADOS .....	97
6.1 CATEGORIA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA.....	97
6.2 CATEGORIA: ESTRATÉGIAS DE ENSINO .....	103
6.3 CATEGORIA: FORMAÇÃO CONTINUADA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	108

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	113
REFERÊNCIAS .....	117
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	131
APÊNDICE B - PARECER FAVORÁVEL DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	134
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS .....	138
APÊNDICE D - MODELO DIÁRIO DE CAMPO.....	139

## APRESENTAÇÃO

Desde a minha infância, a ideia de ensinar sempre me cativou, contudo, a vontade de ensinar começou aos dez anos, com um quadro negro, um giz, um livro e um amigo disposto a assistir as minhas aulas, pois na época estava com dificuldades na escola, e eu me prontifiquei a ajudá-lo, passamos a estudar todas as tardes. Comecei a fazer docência ali, na laje da minha casa, em condições precárias, na periferia da cidade de Salvador, na Bahia. Ao olhar para a paisagem da altura da laje em que eu estava, me imaginava explicando os assuntos aos meus alunos em uma sala de aula.

Mais tarde, ainda na adolescência, estudando em uma escola pública de Salvador, tive a felicidade de ter um professor de geografia, chamado Ramalho, cujas aulas sempre me fascinavam, pois, ele conseguia relacionar os temas estudados com o nosso cotidiano. Ele utilizava várias abordagens pedagógicas para minimizar as dificuldades que surgiam em sala, como a realização de debates, confecção de mapas e maquetes, saídas de campo, análise fílmica e dramatizações.

Em suas práticas, o teatro era muito presente. Eu gostava muito da aliança que ele fazia entre os assuntos de geografia e a arte, acredito que essa foi a época que eu mais me senti viva, ia para a escola, estudava e, com os assuntos estudados, ainda virava artista, participando de todas as peças teatrais que ele idealizava na disciplina. Ali, na adolescência, na oitava série do ensino fundamental, a docência em geografia me escolheu, era a certeza do meu destino.

Ao longo da graduação em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia, no campus V, na cidade de Santo Antônio de Jesus, tive a sorte de conseguir realizar estágios com duas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), em uma escola municipal no bairro Vila Inglesa, Centro de Santo Antônio de Jesus. As experiências vivenciadas nessa escola durante os estágios obrigatórios contribuíram muito para o meu crescimento pessoal e profissional, pois pude compreender as transformações que a educação proporciona na vida das pessoas.

No ano de 2006, eu tive a oportunidade de trabalhar como monitora no Programa Nacional de Inclusão de Jovens-Projovem campo, cujo objetivo era elevar a escolaridade ao nível fundamental completo, assim, como a qualificação profissional e social de jovens residentes no campo, as aulas aconteciam em uma escola do campo, localizada na zona rural de Santo Antônio de Jesus, participar desse projeto constitui-se em uma experiência única, que nunca pensei em vivenciar.

Tendo em vista que as turmas eram muito receptivas, curiosas e ativas, eu cheguei pensando que ia ensinar, e no transcorrer da convivência, percebi que aprendi a ser professora.

As nossas trocas eram muito potentes, a vida no campo me ajudou a refinar o olhar para o fazer docente e valorizar tudo que conseguimos construir no coletivo até aqui, no campo, trocamos vivências que me permitiram, reconhecer as minhas limitações e necessidades formativas no fazer-se docente.

Nessa perspectiva, a minha trajetória profissional como professora de geografia se delineia na escola pública, no estado da Bahia, no ano de 2009, com a aprovação em concurso público para docente na cidade de Mata de São João, localizada a 64 quilômetros de Salvador. Nesta cidade eu ia começar a ser professora de geografia em um distrito localizado no litoral norte. No primeiro dia de trabalho, ao chegar na escola, assustada com a distância e a dúvida se conseguiria trabalhar ali, por muito tempo, eu me sentei embaixo de uma árvore a frente da escola e pensei: o que vim fazer aqui?

Naquela altura, era uma escola pequena, que contava com apenas quatro salas e, ano de 2009, estava originando-se na localidade o Ensino Fundamental de nove anos, ou seja, eu estava começando juntamente com todos os professores ali, era uma novidade para todos. Dessa forma, em 2015, tive o primeiro contato com uma aluna que possuía deficiência auditiva, essa experiência despertou o meu interesse em aprender sobre a educação de surdos, costumo dizer que ela me moveu, me inspirou, me fez sonhar novos sonhos, floresceu e me fez florescer.

Nesse sentido, tive a oportunidade de conviver com esta aluna por três anos, ela foi minha aluna do sexto ao oitavo ano, dos anos finais do ensino fundamental, e foi a partir da presença desta aluna em sala, do seu brilho no olhar durante as atividades em grupo com os colegas, da curiosidade em conhecer novos lugares, e do seu empenho em aprender a se comunicar em Libras, que moveu toda a escola a querer aprender a Libras também. Pois, durante a sua permanência na escola, tivemos um curso básico de Libras, para alunos e professores, promovido pelos intérpretes que atuavam na escola.

Foi a partir desse movimento que percebi a necessidade de voltar a estudar, para então compreender como eu poderia contribuir para que esta aluna aprendesse a geografia, juntamente com seus colegas. Então, iniciei uma pós-graduação em Libras, em Salvador, que contribuiu bastante para elucidar as minhas dúvidas, melhorar a comunicação, melhorar a minha prática em sala, bem como promover uma maior interação da minha aluna comigo e com a turma.

Em 2020, durante a pandemia da covid-19, fiz um curso de formação continuada pela Prefeitura de Salvador na AESOS- Associação Educacional Sons do Silêncio, eram reuniões on-line via *Google Meet*. Nesse contexto, o curso era voltado para a inclusão de alunos surdos no ambiente escolar, as discussões eram muito proveitosas e as trocas das vivências com os

professores, que também atuavam com alunos surdos na rede pública, despertaram em mim o interesse em querer aprender mais.

Foi a partir dessas experiências que compreendi que já estava há muito tempo distante da Universidade e que eu poderia voltar a estudar, de forma que agora teria a oportunidade de aprender e compartilhar com os meus pares. Essas experiências me levaram a pensar e querer entender como se dá a inclusão de alunos surdos a partir das práticas pedagógicas dos professores de geografia, na rede regular de ensino de uma cidade da Bahia. Foi a partir dessas inquietações que encontrei o objeto de pesquisa a ser investigado no mestrado.

## 1 INTRODUÇÃO

No atual contexto brasileiro, a educação inclusiva para surdos tem sido marcada por muitas lutas, dificuldades e conquistas históricas, mediante o descaso do poder público em relação aos indivíduos com deficiência, que nem sempre foram considerados pessoas de direitos. Nesse cenário, a implementação da Lei Federal nº 10.436/2002 representa um importante progresso nas ações governamentais voltadas para a inclusão de surdos no país, garantindo assim a utilização da Língua de Sinais Brasileira como forma legítima de comunicação e expressão dos surdos.

Desse modo, essa língua é reconhecida como um sistema linguístico visual-motor com sua própria estrutura gramatical, originada das comunidades surdas brasileiras (Brasil, 2002). Ademais, a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96 - LDB) reconhece a importância da inclusão escolar ao estabelecer que a educação é um direito de todos, independentemente de suas necessidades, e a constitui como um dever da família e do Estado. Sendo assim, é essencial analisar o papel do educador na promoção da inclusão escolar em nosso país (Brasil, 1996).

Assim, esta pesquisa visa analisar como ocorre a inclusão dos alunos surdos a partir da prática pedagógica dos professores de Geografia dos Anos Finais do Ensino Fundamental, que atuam na rede regular de ensino de uma cidade da Bahia, propondo um plano de atualização que atenda à educação inclusiva desses alunos. Além disso, a escolha dessa temática se deve às inquietações vividas pela autora durante a pós-graduação em Libras e endossadas durante sua experiência como professora de Geografia, atuando em sala comum, com estudantes Surdos e ouvintes na cidade de Mata de São João — Bahia.

Nesse sentido, é nítido que há dificuldades tanto no aspecto individual do professor, quanto institucionalmente, como a falta de suporte pedagógico e de conhecimento em Libras. À vista disso, destaca-se a importância da articulação de um processo formativo que considere a prática social inclusiva, englobando o tripé experiência profissional-teoria-aplicação prática no cotidiano.

Sob esse prisma, a justificativa se baseia na relevância das discussões sobre políticas públicas voltadas à formação continuada de professores, dos direitos relacionados às pessoas surdas e à inclusão escolar. Bem como, na defesa de que o processo de atualização profissional para a inclusão de alunos surdos pelos professores de Geografia pode ser uma das alternativas para a melhoria do ensino desse componente curricular.

Além disso, essa proposta de pesquisa pode servir como subsídio para a discussão e a reflexão sobre práticas pedagógicas customizadas. A fim de garantir a existência de processos de ensino que atendam às especificidades e às diferenças apresentadas pelos alunos com necessidades educacionais específicas, a fim de promover um ambiente educacional onde todos aprendam juntos.

Adicionalmente, a promoção de um ambiente educacional inclusivo parte da criação de dinâmicas escolares que envolvam a participação de toda a comunidade escolar, e essa interação pode ser compreendida admitindo suas articulações com a dinâmica social. Observa-se, então, que um dos desafios fundamentais que emergem da proposta da escola inclusiva é a formação docente adequada.

Uma vez que a escola não está restrita apenas ao acolhimento do aluno com necessidades educacionais específicas, mas tem a missão de educá-los em sua integralidade, assegurando o direito de ter espaços adaptados às suas especificidades, principalmente no que diz respeito à aprendizagem. Nesse sentido, de acordo com Drago (2014), a escola é o principal ou o único espaço de desenvolvimento e apropriação de conhecimentos universais, cabendo a ela proporcionar às crianças o desenvolvimento de todas as suas potencialidades, criando mecanismos de apropriação cultural, social, afetiva e intelectual.

Paralelamente, no artigo nº 206 da Constituição Federal, Inciso I, é assegurada a igualdade de condições e permanência para todos os alunos na escola. Dessa maneira, para alinhar-se ao previsto pela lei, o Estado deve oferecer o atendimento educacional especializado, principalmente na rede regular de ensino, conforme estabelecido no princípio educacional (Brasil, 1988).

Não obstante, na perspectiva de Glat (2011), a escola inclusiva tem o compromisso de garantir um ensino de excelência para todos os estudantes, sem distinção de suas demandas. Assim sendo, deve promover a adaptação dos ambientes e materiais e, acima de tudo, preparar seus educadores para acolher a diversidade de seus alunos.

Diante desses movimentos, é salientada a necessidade de problematizar os sentidos e os significados que vêm diariamente se materializando na relação entre escola, professor e educação inclusiva. Pois, não adianta apenas garantir o acesso do estudante à escola regular, mas também estimular o apoio do professor para a inclusão acontecer efetivamente, possibilitando a equidade pedagógica, a permanência do aluno na escola e a redução e/ou eliminação do fracasso escolar.

De acordo com Glat (2011, p. 37),

o insucesso na escola não está relacionado apenas às limitações ou às dificuldades individuais dos estudantes, mas também está ligado a questões específicas do ambiente escolar, tais como: métodos de ensino inapropriados; falta de preparo dos professores; currículos inflexíveis que não levam em conta a diversidade socioeconômica e cultural da comunidade onde a escola está localizada, e ainda o descompasso em relação ao progresso tecnológico e de informação, afastando-se dos interesses dos alunos.

Dessa maneira, ministrar aulas de Geografia para alunos com deficiência, no ensino fundamental, especialmente os estudantes surdos, requer inicialmente uma boa comunicação entre aluno e professor, facilitando o processo de ensino e de aprendizagem. Dessa questão surge a grande aflição por parte dos professores, uma vez que é necessário elaborar e desenvolver estratégias didáticas, utilizando a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Nesse sentido, tal processo causa enorme desconforto, pois, muitos dos docentes não conhecem e não dominam a Libras, daí a importância da formação docente como estratégia de elevar a qualidade de ensino. Assim, agindo para ser um elemento potencializador do profissional em educação, contribuindo para tornar suas práticas pedagógicas funcionais e fazendo com que atendam às necessidades individuais de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência.

“A escola possui um papel fundamental na construção de uma sociedade democrática e, para tal, deve garantir um sistema educacional que acolha a todos e que os profissionais da educação possuam formação para a prática inclusiva de ensino” (Milanesi, 2012, p.19).

Diante disso, torna-se necessária a formação continuada de professores, de modo que a escola possa construir um ambiente com profissionais capazes de pensar e agir na diversidade, respeitando a individualidade de cada aluno. Sob esse ponto de vista, a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), enfatiza a necessidade de investir na formação de professores qualificados para atuar nas salas regulares com alunos público-alvo da Educação Especial.

Nesse prisma, tal inquietação também está refletida na Resolução CNE/CP nº 1/2002, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, a qual estabelece o papel das faculdades e universidades em oferecer em seu currículo acadêmico formação pedagógica voltada para a diversidade. Dessa maneira, incluindo conhecimentos sobre as particularidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

Logo, para garantir esse direito, é essencial que as pessoas surdas recebam o conhecimento em sua própria língua e tenham professores qualificados que desenvolvam suas práticas docentes, considerando suas especificidades linguísticas. Nessa linha, de acordo com Quadros e Karnopp (2004), a língua começou a se desenvolver pela necessidade que os seres humanos tinham de interagir com o outro, a fim de sobreviverem e trabalharem reciprocamente. Surgiu, então, a primeira função da língua: a comunicação. Nesse sentido, a comunicação opera como suporte para a interação social.

Considerando essa visão, nota-se que a língua está constantemente modificando-se e desenvolvendo-se de forma bastante articulada, não deixando de destacar a sua inter-relação com a linguagem. De acordo com Bakhtin (1986, p.60) “a linguagem é um fenômeno essencialmente social e dialógico, considerado um meio de interação entre pessoas em contextos sociais diversos”. Nesse sentido, assume-se que o corpo docente permaneça vigilante a essa dinâmica no âmbito do seu fazer pedagógico.

Atualmente, os professores buscam nos espaços educacionais a possibilidade de formar indivíduos com uma nova mentalidade, que vislumbre e trace novos caminhos capazes de conduzir à superação das desigualdades existentes no espaço escolar. Seguramente, isso se dá por meio da edificação de uma maneira não convencional de coordenar recursos materiais e humanos, valorizando a socialização dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade e uma educação de caráter transformador.

Sendo assim, conforme afirmado por Saviani (2011, p. 14–15), a escola, enquanto parte integrante da sociedade, possui função especificamente educativa e propriamente pedagógica, certificada como fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem significativa do saber sistematizado. Além disso, o autor destaca ainda que a especificidade da educação escolar se realiza na socialização do saber elaborado, sendo necessário identificar os elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos, para que eles se tornem humanos e, concomitantemente, realizem a descoberta de formas mais adequadas de sobrevivência.

Nesta direção, a presente pesquisa aspira analisar como ocorre a inclusão dos alunos surdos a partir da prática pedagógica dos professores especialistas de Geografia, da rede regular de ensino de uma cidade da Bahia, para propor um plano de atualização que atenda à educação inclusiva desses alunos. Com o fito de responder à seguinte questão: como ocorre a participação dos alunos surdos nas aulas de Geografia, a partir da atuação dos professores de Geografia? E como colaborar para tais professores poderem atender às necessidades dos alunos surdos?

Primeiramente, para atingir essa meta, foi necessário investigar de que maneira os estudantes surdos matriculados no ensino regular de uma cidade da Bahia estão participando das aulas de Geografia, na perspectiva da atuação profissional do professor de Geografia e da importância das Libras como língua de instrução. Além disso, foi preciso também descrever as práticas pedagógicas propostas pelos professores durante o horário de trabalho coletivo (HTPC)<sup>1</sup>.

Assim, foram registradas iniciativas envolvendo a Libras, e adotadas no ensino de Geografia para estudantes surdos. Por fim, foi necessário elaborar, como produto educacional, um plano de atualização formativa para os professores de Geografia, voltado à educação de estudantes surdos na perspectiva inclusiva, que deverá subsidiar o trabalho desses professores em sala regular com alunos surdos.

Desse modo, para alcançar o objetivo proposto, compreende-se que a formação continuada de professores de Geografia voltada para as práticas educativas destinadas a alunos surdos é um instrumento crucial no processo de ensino e da aprendizagem da geografia para alunos surdos. Nessa direção, a pesquisa apresenta abordagem qualitativa e para o seu desenvolvimento teórico-metodológico são utilizadas estratégias de investigação como a pesquisa documental sobre o tema estudado.

Para tal, foram realizadas buscas nas bases de informação como *Scielo*, *Scopus* e Repositório da Capes, documentos legais que regem a Educação Especial no Estado da Bahia e no município de Mata de São João–BA, o Plano Municipal de Educação de Mata de São João, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), consulta ao Projeto Político Pedagógico (PPP) das unidades de ensino, à BNCC. Bem como, foram exploradas às suas orientações para o ensino de geografia e à matriz curricular do município que subsidia o trabalho pedagógico em sala de aula dos professores de Geografia.

Por fim, fica evidente que a presente pesquisa se enuncia como subsídio para reflexão, fomentando a necessidade de se planejar ações que permitam a promoção de atividades formativas voltadas ao trabalho pedagógico com alunos surdos pelo corpo docente do componente curricular Geografia, nas escolas municipais. Acredita-se que a qualificação dos professores para a inclusão no âmbito da Rede Municipal é fundamental para a efetivação desse processo.

---

<sup>1</sup> O Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), é o tempo estabelecido na escola, com a finalidade de reunir professores e coordenadores para planejamento das aulas, discussão, análise e proposição de solução para atender as necessidades educativas do corpo discente.

Sob essa ótica, é por meio de parcerias com a Secretaria Municipal de Educação, por meio de seus núcleos, articulada com as direções das escolas, os professores, os pais e os estudantes, que poderá ser propiciado um ambiente democrático e participativo na elaboração de práticas educativas. De modo que sejam produzidos impactos significantes e ambientes que, enfim, atendam à realidade dos alunos surdos.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1. Objetivo Geral

Analisar como ocorre a inclusão dos alunos surdos matriculados nos anos finais do ensino fundamental a partir da prática pedagógica dos professores de Geografia da rede regular de ensino de uma cidade na Bahia, propor um plano de atualização formativa que atenda à educação inclusiva desses alunos.

### 1.1.2. Objetivos Específicos

- Investigar de que maneira ocorre a inclusão escolar de alunos surdos matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental na rede regular de ensino de uma cidade na Bahia;
- Analisar se a prática pedagógica realizada pelo professor de Geografia favorece a participação do aluno surdo na aula ministrada;
- Descrever as estratégias de ensino planejadas pelos professores de Geografia, envolvendo a Libras no ensino de Geografia para alunos surdos;
- Elaborar um plano de atualização formativa para os professores de Geografia, voltados à educação de alunos surdos na perspectiva inclusiva.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.I. **Formação do professor do Ensino Superior- Desafios e políticas institucionais**. São Paulo: Cortez, 2012. Coleção Docência em Formação: Ensino Superior. Coord. Selma Garrido Pimenta.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1979.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. 3 ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1986.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BAHIA. Parecer CEE CP 196/2019. **Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental** – Superintendência de Políticas para Educação Básica. Bahia, Salvador: Secretaria da Educação, 2019.

BRASIL. **Diretrizes da Educação Inclusiva para pessoas com Deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação no Estado da Bahia** - Superintendência de Políticas para Educação Básica. Bahia, Salvador. Secretaria da Educação, 2017.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 fev. 2024.

\_\_\_\_\_. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Dec. Legislativo n.º 186, de 09 de julho de 2008: Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm) . Acesso: 20 fev 2023.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 3.276, de 6 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre a formação em nível

superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 7/12/1999, Página 4. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3276.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3276.htm). Acesso em 15 de fev. 2024.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 10, 21 dez. 1999b Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm) Acesso em 20 fev.2024.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 1, 09 out. 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm) Acesso em 12 fev.2024.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm) Acesso em: 20 mar. 2024.

\_\_\_\_\_. **Decreto n.º 6.571, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto n.º 6.253, de 13 de novembro de 2007. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 26, 18 set. 2008a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.htm> Acesso em: 22 out. 2023.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009.** Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no fomento a programas de formação inicial e continuada e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, 30 jan. 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm) Acesso em: 08 jan.2024.

\_\_\_\_\_. **Decreto n.º 10.502, de 30 de setembro de 2020.** Institui a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 189, p. 6, 01 out. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 9 mar. 2024

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [www.fct.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf](http://www.fct.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf). Acessado em 10/03/2024.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm). Acessado em 10 out.2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 128, n. 135, p. 13563, 16 jul. 1990. Disponível em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm) Acesso em: 10 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Diretrizes e bases da educação nacional. seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm) Acesso em: 20 mar. 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19424.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19424.htm). Acesso em: 20 fev 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 2, 20 dez. 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110098.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm).

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação (2001-2010) (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm) Acesso em: 23 Dez.2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm) Acesso em: 30 mar.2024.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias... e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, n. 118, p. 7, 21 jun. 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm) Acesso: 13 fev. 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.** Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, 17 jul. 2008. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm). Acesso em: 28 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 11.796, de 29 de outubro de 2008.** Institui o Dia Nacional dos Surdos. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p. 21, 30 out. 2008b. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111796.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111796.htm). Acesso em: 20 set. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 12.319, de 1 de setembro de 2010.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm) Acesso em: 02 out. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. jun. 2014. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 17/02/2024.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 13.409, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, p.01. 28 dez.2016. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm)

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 10 ago. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 14.191, de 03 de agosto de 2021.** Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 159, n. 146,

p. 1, 04 ago. 2021a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm). Acesso em: 20 jun 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> Acesso em 20 nov.2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1403**. Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Bases Legais**. Brasília: MEC, 1999.

\_\_\_\_\_. **Pessoas com deficiência**. In: IBGE, Censo Demográfico. 2010. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>. Acesso em: 10 fev. 2024.

\_\_\_\_\_. **Portaria n.º 1.793, de dezembro de 1994**. Brasília: Ministério da Educação, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 20 mar 2024.

\_\_\_\_\_. **RESOLUÇÃO CNE/CP 01, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: Ministério da Educação, 2002. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf). Acesso em 15 de dez.2023.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP n.º 2/2015, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 05 ago. 2023.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP n.º 2/2019, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura). Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=77781%E2%80%99> Acesso em: 05 ago. 2023.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP n.º 1, de 27 de outubro de 2020.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file> Acesso em 05 ago. 2022.»  
<http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file>

BLANCO, R. **A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo.** In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J.A. (org.). Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed editora, 2004.

CALLAI, H. C. **Estudar o lugar para estudar o mundo.** In.: CASTRO GIOVANNI, Antonio Carlos. (Org.). Ensino de geografia, práticas e textualizações no cotidiano Porto Alegre: Editora Mediação, 2002. p. 53-134.

CALLAI, H. C. **O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento.** In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8, 2004, Coimbra. Anais. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. p. 01-10.

CAMPELLO, A. R. S. **Aspectos da visualidade na educação de surdos. 2008.** 245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2008.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia e práticas de ensino.** Goiânia: Alternativa, 2002.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto;** tradução Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2012.

CRUZ, C. M. P. **Integração escolar do aluno com cegueira:** da intenção à ação. 2002, 182f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Estadual de Feira de Santana. UEFS, Feira de Santana, Bahia, 2002.

CUNHA JÚNIOR, E. P. **O Embate em Torno das Políticas Educacionais para Surdos:** Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Jundiaí – SP: Paco Editorial, 2015.

DIAS, E. C. R.; NEVES, L. R.; SILVA, I. R. C. da. **Estudantes surdos na escola comum: desafios para a educação bilíngue.** *Conjecturas, [S. l.]*, v. 21, n. 7, p. 401–420, 2021. DOI: 10.53660/CONJ-445-501. Disponível em: <https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/445>. Acesso em: 3 abr. 2024.

DI BENEDETTO. L.S; OLIVEIRA. D.A.N; SCHLUNZEN.E.T.M. **História das pessoas surdas: da exclusão à política educacional brasileira atual** - volume 11 - D24 - Unesp/UNIVESP - 1a edição 2012 graduação em Pedagogia. Disponível em: [https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/47935?locale=es\\_ES&contrast=](https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/47935?locale=es_ES&contrast=). Acesso em: 15 fev. 2024.

DINIZ, D. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

DORZIAT, A. **O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas Identidade/ Diferença** Currículo e Inclusão. Petrópolis: Vozes, 2009.

DOURADO, L. F. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica: Concepções e Desafios. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 131, p. 299-324, abr.-jun., 2015.

DRAGO, R. **Inclusão na Educação Infantil.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

FERREIRA, P. D.; CRUZ, G. de C. Formação continuada de professores no Brasil e na Argentina: Um estudo comparado das políticas de formação para o contexto inclusivo. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 1, p. 0413–0427, 2022. DOI: 10.21723/riaee. V. 17 i1. 14675. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14675>. Acesso em: 5 abr. 2024.

FREITAS, H.C.L. **A reforma do Ensino Superior no campo da formação dos profissionais da Educação Básica: As políticas educacionais e o movimento dos educadores.** Educação e Sociedade, Cedes, n. 68,1999, p.17-44. Campinas.

FREITAS, M. T. A. **Nos textos de Bakhtin e Vigotski: um encontro possível.** In: Bakhtin e a construção dos sentidos. (Org) BRAIT, Beth. Ed. Unicamp, 2005.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, R.; BLANCO, L.de M. V. **Educação especial no contexto de uma educação inclusiva.** In: GLAT, R. (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Ed. Sette Letras, 2007.

GONÇALVES, S.R. V; MOTA, M. R. A; ANADON, S. B. **A Resolução CNE/CP N. 2/2019 e os retrocessos na formação de professores.** Formação em Movimento, v. 2, n. 4, p. 360-379, 2020. Disponível em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/FORMOV/article/download/610/896> Acesso em: 5 jul. 2023.

GOLDFELD, M. **A criança surda:** linguagem e cognição numa perspectiva sócio-internacionalista. São Paulo: Plexus, 1997.

GONZALES, D.B; DEL-MASSO, M. C. S. **CURSO FORMAÇÃO DE CONTINUADA – ATUAÇÃO BILÍNGUE NA EDUCAÇÃO DE SURDOS.**2022. Produto Educacional resultado da Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – Profei) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente – SP, 2022.

GUARINELLO, A.C *et al.* A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 12, n. 3, p. 317-330, 2006.

HEREDERO, Eladio. Sebastian. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. **Revista Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 32, n. 2, p.193-208, 2010.

HONORA, Márcia. **Inclusão educacional de alunos com surdez:** concepção e alfabetização: ensino fundamental – 1.º ciclo. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

KISHIMOTO, T.M. **Política de formação profissional para a educação infantil: Pedagogia e Normal Superior.** Educação e Sociedade, Cedes, n. 68, p. 61-79. Campinas. 1999.

LAGARES, X. C. Qual política linguística?: desafios políticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEBEDEFF, T. B. **Aprendendo a ler “com outros olhos”:** relatos de oficinas de letramento visual com professores surdos. Cadernos de Educação. Pelotas, FaE/PPGE/UFPel, v. 36. p. 175-195, maio/agosto 2010.

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

LIBÂNEO. J. C. **Didática: Teoria da Instrução e de Ensino**. São Paulo, 1990.

LIMA, Frederico Santiago; MARTINS, Rosângela Pimentel. Adaptações curriculares para alunos com necessidades educacionais específicas e os desafios de sua operacionalização. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 42, 8 de novembro de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/42/adaptacoes-curriculares-para-alunos-com-necessidades-educacionais-especificas-e-os-desafios-de-sua-operacionalizacao>.

LOPES, M. C.; FABRIS, E. H. **Inclusão & Educação**. 1. ed., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LOPES, M. C.; FABRIS, E. H. **Surdez e Educação**. São Paulo. Autêntica, 2007.

MACEDO, R.S. Currículo, formação e trabalho docente: Uma pesquisa formação-colaborativa realizada com professores do Sinpro/BA. **Revista Teias**, v. 15, n. 39, 2004, p.106-116.

MAGALHÃES, S.M.O. **Formação Continuada de professores- Uma análise epistemológica das concepções posta no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2014) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Revista Linhas, v. 20, n. 43, mai/ago-2019, p.184-204. Florianópolis. Disponível em: [http:// dx.doi.org/105965/198472382043019184](http://dx.doi.org/105965/198472382043019184). Acesso em 20, dez. 2023.

MATA DE SÃO JOÃO (BA). **Instrução Normativa nº 003/2015**. Dispõe orientações sobre a realização da Revisão da Matriz Curricular da Educação Infantil, Ensino

Fundamental do 4º ano ao 9º ano e a Educação de Jovens e Adultos. Diário Oficial do Município, Mata de São João, 21 de outubro de 2015. p. 92-93. Disponível em: <https://sai.io.org.br/Handler.ashx?f=diario&query=2097&c=505&m=0> Acesso: 15 de fev. 2024.

MATA DE SÃO JOÃO (BA). **LEI N.º 189/2003, DE 09 DE OUTUBRO DE 2003.** Dispõe sobre o Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Mata de São João – Ba. e dá outras Providências. Diário Oficial de Mata de São João. Disponível Em: [aplmatadesaojoao.com.br/site/assets/images/anexo/2021/anexo\\_98\\_01\\_2021.pdf](http://aplmatadesaojoao.com.br/site/assets/images/anexo/2021/anexo_98_01_2021.pdf).

MATA DE SÃO JOÃO (BA). **LEI N.º. 589/2015, DE 17 DE JUNHO DE 2015.** Cria o Plano Municipal de Educação do Município de Mata de São João. Bahia. Mata de São João. Diário Oficial de Mata de São João. Disponível em: <http://matadesaojoao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/PME.pdf> Acesso: 02 de ago. 2023.

MANTOAN, M. T. E. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: O QUE DIZEM OS PROFESSORES, DIRIGENTES E PAIS. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, [S. l.], v. 2, n. 1, 2015. DOI: 10.36311/2358-8845. 2015. v2, n. 1.5169. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/5169>. Acesso em: 31 mar. 2024.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez. . Acesso em: 31 mar. 2024, 2001.

MENDES, R. H. **Educação inclusiva na prática: experiências que ilustram como podemos acolher todos e perseguir altas expectativas para cada um** / organização Rodrigo Hübner Mendes. — São Paulo: Fundação Santillana, 2020.

MILANESI, Irton. Estágio supervisionado: concepções e práticas em ambientes escolares. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 1, n. 46, p. 209-227, dez. 2012.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MONTEIRO, M. S. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da LIBRAS no Brasil. **Educação Temática Digital**. v. 7, n. 2, p. 279-289, 2006.

MOREIRA, A. F. M; CANDAU, V. M. **Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos** In: Educação como exercício de diversidade. Brasília: UNESCO, 200.

MORI, N.N. R; SANDER, R. E. **História da educação dos surdos no Brasil**. In: XIII Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação. Anais. Maringá: UEM, p. 1-16, dez. 2015.

MOURA, M. C. **O Surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.NETT

NETTO, J.P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão, Popular, 2011.

SILVA. L. H; VALENTIM. F. O; OLIVEIRA. A. A. S. **Avaliação pedagógica: foco na deficiência intelectual numa perspectiva inclusiva**. São Paulo : Cultura Acadêmica ; Marília : Oficina Universitária, 2013.

PÉREZ GOMES. A. I. **A função e formação do/a professor/a no ensino para a compreensão**: diferentes perspectivas. In SACRISTÁN, J.G. e PERÉZ GÓMEZ, A.I. Compreender e transformar o ensino.4 ed. Porto Alegre: Artmed,1998, p. 353-380.

PIRES. M.F.C. **O materialismo histórico-dialético e a educação**. Revista: Interface-comunicação, saúde e educação. Botucatu.1997.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PIECZKOWSKI, T. M. Z. Avaliação da aprendizagem na educação especial e as influências das políticas nacionais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 5, p. 1612–1631, 2018. DOI: 10.21723/riaee.unesp.v13.n4.out/dez.2018.10882. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10882>. Acesso em: 3 abr. 2024.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R.M. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. **Revista Ponto de Vista**, Florianópolis, n.5, p. 81-112, 2003.

QUADROS, R. M; KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

QUEIROZ, G. M. **Política de formação docente: as novas diretrizes e a base nacional comum instituídas**. *Revista de ciências Humanas e Sociais*. 82-103.2020.

RAMOS, C. R. Língua de Sinais e literatura: **Uma proposta de trabalho de tradução cultural**. 1995. 177 f. (Dissertação Mestrado em Semiologia) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

RAMOS, Clelia Regina. **Libras: A Língua dos Sinais dos Surdos Brasileiros**. EBOOKS, 2003.

SÁ, N. R. L. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2010.

SANTOS, E.O **Políticas de Formação Continuada para os Professores da Educação Básica**. Disponível em:<https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0141.pdf>. Acesso em 13 jul. 2023.

SACKS, O. **Vendo Vozes**. Trad. Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

SAVIANI, D. **Escola e democracia** (40ª ed.). Campinas, SP: Autores Associados. 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011. 137 p.

SILVA, R. C.D; MARTINS S. E. S. O. **Surdez e alteridade: O encontro entre o tilintar das vozes e o tremular das mãos**. Pro-Posições, Campinas, SP, V. 31 , e20170167, 2020,Disponível em<https://www.scielo.br/j/pp/a/tBySPwsrvT8YSwj5WRysTRh/?format=pdf&lang=pt>

SILVA, Vilmar. Educação de Surdos: **uma releitura da primeira escola pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880**. In: Quadros, RM. Estudos Surdos I. Editora Arara Azul. Petrópolis. 2006. pp. 14-37.

SILVA, T. T (Org.). **Identidade e diferença – A perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

STREIECHEN, E.M. **Libras: aprender está em suas mãos**. 1. ed – Curitiba, PR: CRV, 2017.

STREIECHEN, E. M. **Um estudante bilíngue, uma mãe surda e a escola: percurso de encontros, desencontros e contradições**. Tese (Doutorado em Educação). Orientador: Gilmar de Carvalho Cruz. Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa/Paraná, 2018.

SKLIAR, C. B. **Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos**. In: SKLIAR, C.B. (Org.). *Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial*. Porto Alegre: Mediação, 1997. p. 105-153.

SKLIAR, C.B. **Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade**. In: SKLIAR, C.B. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 7-31.

SKLIAR, C. B. **Educação e exclusão. Abordagens Socioantropológica em Educação Especial**. In: SKLIAR.C.B. (Org). *Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos*. Porto Alegre: Mediação, 2001.

SOARES. M.A.L. **Educação de Surdos no Brasil**. Autores Associados, 2015.

SOUZA, FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA. Formação docente para e na Educação Profissional e Tecnológica: uma ilustre esquecida. **Rev. Diálogo Educ.** [online]. 2022, vol. 22, n. 74, pp.1070-1094. Epub 19-Nov-2022. ISSN 1981-416X. <https://doi.org/10.7213/1981-416x.22.074.ds04>.

SOUZA, P. P. U. **Educação de Surdos no Brasil: Uma narrativa histórica**. V CONEDU- Congresso Nacional de Educação. 2018. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO\\_EV117\\_MD1\\_S A3\\_ID9436\\_09092018120254.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_S A3_ID9436_09092018120254.pdf)

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

STROBEL, K. L. **Projeto de mestrado Surdos: Vestígios Culturais não registrados na História**, Florianópolis, UFSC, 2006.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos**. UFSC, Florianópolis, 2009.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional** Petrópolis: Vozes, 2002.

TIROLI, L. G., JESUS, A R. **Tensões e embates na formação docente: perspectivas históricas e análise crítica da BNC-Formação e BNC-Formação continuada**. Olhar de Professor (2022) 1-24. Disponível em :  
<https://web.archive.org/web/20221218112311/https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/download/20732/209209217185>.

WITCHES.P. H. **A Situação Minoritária Dos Surdos e sua Vulnerabilidade Linguística na Educação**. Cad. Cedes, Campinas, v. 41, n. 114, p.144-152, maio- ago., 2021. Disponível em: [scielo.br/j/ccedes/a/vSMv7BkhMg4ySzGpLqykDFr/?format=pdf&lang=pt](https://scielo.br/j/ccedes/a/vSMv7BkhMg4ySzGpLqykDFr/?format=pdf&lang=pt)

VIGOTSKI, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WITCHES. P. H. **A Situação Minoritária Dos Surdos e sua Vulnerabilidade Linguística na Educação**. Cad. Cedes, Campinas, v. 41, n. 114, p.144-152, Ago, 2021. Disponível em: [scielo.br/j/ccedes/a/vSMv7BkhMg4ySzGpLqykDFr/?format=](https://scielo.br/j/ccedes/a/vSMv7BkhMg4ySzGpLqykDFr/?format=).